



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
Rua João Batista Parra 575 - Bairro Praia do Suá - CEP 29052-123 - Vitória - ES

TERMO DE REFERÊNCIA (TIC) Nº 13/2024 - TRE-ES/PRE/DG/STI/CIS/SGIR

(este documento deve seguir as orientações da Resolução TRE/ES n. 63/2023)

Modelo atualizado em: 10/05/2024
SEI nº 0003047-70.2024.6.08.8000

QUADRO INFORMATIVO

DEFINIÇÃO DO OBJETO:	Contratação de extensão de garantia (pós garantia) DELL por um período de 1 (um) ano para os equipamentos e softwares instalados nos Datacenters primário e secundário do TRE-ES.
CATMAT/CATSER:	CATSER: 27740
QUANTITATIVOS:	1
CARACTERÍSTICAS:	Extensão de garantia DELL pelo período de 1 ano a partir da data de expiração da garantia atual dos equipamentos descritos no Anexo A; Manutenção com substituição de peças defeituosas para os equipamentos descritos no Anexo A; Suporte técnico para solução de problemas nos hardwares e softwares instalados nos equipamentos do Anexo A; A substituição das peças defeituosas devem ser realizadas nos datacenters do TRE-ES (on site);

1. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de extensão de garantia (pós garantia) DELL por um período de 1 (um) ano para os equipamentos e softwares instalados nos Datacenters primário e secundário do TRE-ES.

1.2. REQUISITOS MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO

- 1.2.1. Disponibilizar a atualização e suporte dos softwares instalados em todos os equipamentos descritos no **Anexo A**, por um período de 1 ano a partir da data de expiração da garantia atual dos equipamentos, especificada no **Anexo A**;
- 1.2.2. Realizar a substituição de peças e equipamentos defeituosos, descritos na lista de equipamentos de hardware do **Anexo A**, mediante abertura de chamado técnico, por um período de 1 ano a partir da data de expiração da garantia atual dos equipamentos, especificada no **Anexo A**;
- 1.2.3. Prestar suporte técnico para solução de problemas nos hardwares e softwares instalados nos equipamentos do **Anexo A**, mediante abertura de chamado técnico, por um período de 1 ano a partir da data de expiração da garantia atual dos equipamentos, especificada no **Anexo A**;
- 1.2.4. Permitir a abertura e acompanhamento de chamados técnicos por meio de um número “0800” (ou número similar gratuito) e por um sistema online em **regime 24hx7d**;
- 1.2.5. A substituição das peças defeituosas devem ser realizadas nos datacenters do TRE-ES (**on site**);
- 1.2.6. Os chamados para manutenção de hardware deverão ter tempo máximo de solução de **8 horas** a partir da data de abertura do chamado;
- 1.2.7. A manutenção dos equipamentos deve ser realizada no TRE-ES em **regime de 24x7**, considerando finais de semana e feriados;
- 1.2.8. O atendimento inicial referente a chamados técnicos deve ocorrer em até **2 horas após a abertura do chamado**.

1.3. QUANTIFICAÇÃO OU ESTIMATIVA PRÉVIA

Esta solução demanda a extensão de garantia dos equipamentos e softwares dos Datacenters primário e secundário do TRE-ES pelo período de um ano a partir da data de expiração da garantia atual de cada item, conforme **Anexo A**;

1.4. ESTIMATIVA DE PREÇO

ITEM	QUANT.	VALOR ESTIMADO (R\$)
01	01	R\$ 942.972,72

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E RESULTADOS

Justificativa: Manter a operacionalidade dos datacenters do TRE-ES, tendo em vista que a ausência de garantia pode paralisar a infraestrutura e comprometer a prestação de serviços da Justiça Eleitoral no ES.

Resultados: Garantir a disponibilidade dos Sistemas Eleitorais e Administrativos e manter os serviços ao cidadãos que dependem de tecnologia da informação.

2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A solução está alinhada com o Planejamento Estratégico Institucional nos seguintes Macrodesafios ou Objetivos:

- Macrodesafio 3: Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.
- Macrodesafio 9: Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.

Ademais, tomando-se por base o PDTIC 2021-2026, há o alinhamento com os princípios e diretrizes:

- Princípio 6 - Garantia da segurança em TIC
- Diretriz 3 - Garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação.

2.3. REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Os estudos técnicos realizados encontram-se incluídos nos autos (1188244), em sua versão mais recente, sob o documento qualificado como "Estudo Técnico Preliminar (TIC) STIC 13/2024".

2.4. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A STIC A SER CONTRATADA

Esta solução demanda a extensão de garantia dos equipamentos e softwares dos Datacenters primário e secundário do TRE-ES pelo período de um ano. A extensão está sendo solicitada pelo período de 1 ano a partir da data de expiração da garantia atual de cada item do **Anexo A**.

2.5. JUSTIFICATIVA DA STIC ESCOLHIDA

Para atendimento da demanda existente a única solução identificada é a contratação de extensão de garantia do fabricante DELL para os equipamentos e softwares dos Datacenters Primário e Secundário do TRE-ES.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. FORMA DE PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

O objeto da contratação será adjudicado ao fornecedor que ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL. Não haverá parcelamento do objeto.

3.2. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

A modalidade de licitação indicada para a contratação em tela é o **Pregão Eletrônico** e o tipo de licitação é o de **menor preço global** e para a habilitação, o licitante deverá:

- 1 – estar inscrito no SICAF, com a documentação obrigatória regularizada;
- 2 – apresentar prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede ou do domicílio da empresa licitante;
- 3 – apresentar prova de regularidade com a Justiça do Trabalho;
- 4 – preencher, no momento do envio da proposta comercial, no sistema Compras.gov, as seguintes declarações:
 - a) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - b) De que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.
 - c) De que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- 5 – apresentar qualificação econômico-financeira.

3.3. MARGEM DE PREFERÊNCIA

Não se aplica à atual contratação.

3.4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SITUAÇÃO
SERÁ RESERVADO VALOR DO ORÇAMENTO 2025
PROGRAMA DE TRABALHO
02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado do Espírito Santo
PLANO ORÇAMENTÁRIO
0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa
NATUREZA DA DESPESA
339040 – Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ
11 – Suporte de Infraestrutura de TI
PLANO INTERNO
TIC APOIO
VALOR CONSIDERADO
R\$ 942.972,72 (novecentos e quarenta e dois mil novecentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos)
Conforme despacho 1276984

OBSERVAÇÃO

3.5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O contrato deverá ter vigência de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogado por interesse das partes, nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

O licitante deverá apresentar:

3.6.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, que se encontre dentro do prazo de validade. Caso não haja prazo de validade especificado no documento, será considerado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua expedição.

4. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

4.1. Nomear Equipe de Gestão Contratual, composta pelo Gestor do Contrato, responsável por gerir a execução contratual, e pelos Fiscais Demandante, Técnico e Administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual, consoante às atribuições regulamentares.

4.2. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita;

4.3. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

4.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o edital do pregão eletrônico, termo de referência e seus anexos, as cláusulas contratuais, e da proposta da Contratada;

4.5. Permitir o acesso, quando necessário de funcionários da Contratada, devidamente identificados para solução de qualquer anormalidade, desde que solicitado pela contratada ao Fiscal do contrato, o qual acompanhará toda atividade a ser desenvolvida;

4.6. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

4.7. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pela Contratada;

4.8. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada ao contrato e demais elementos constitutivos;

4.9. Exigir que a Contratada execute os serviços de forma conveniente e compatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas sem causar embaraço e desconfiança à fiscalização.

4.10. Fiscalizar a entrega dos serviços podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer material que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas no edital, termo de referência ou eventual ata de registro de preços;

5. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência;

5.2. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual;

5.3. Fornecer todas as informações necessárias para abertura de chamados;

5.4. Cumprir fielmente o que estabelece o Edital de Licitação, Termo de Referência e Anexos;

5.5. Garantir o compromisso de executar o objeto, nas condições estabelecidas na proposta;

5.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

5.8. Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante no prazo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas neste instrumento contratual;

5.9. Respeitar, durante a execução dos serviços, todas as leis, normas e posturas Federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. DEFINIÇÃO DAS ROTINAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1.1. - Prazos e local de entrega

A documentação que comprova a contratação do suporte técnico deve ser encaminhada por meio digital para o email: redes@tre-es.jus.br, no prazo 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho ou da assinatura do instrumento contratual.

6.1.2. - Recebimento Provisório e Definitivo da Solução

O recebimento provisório dar-se-á com o recebimento por e-mail da documentação comprobatória da contratação do suporte. O Recebimento Definitivo ocorrerá após conferência no site do fabricante se a extensão de garantia de 1 ano foi aplicada ao equipamentos dos datacenters do TRE-ES (**Anexo A**).

O Recebimento Definitivo dar-se-á em um prazo máximo de 10 dias úteis após o recebimento provisório, com o atesto do documento fiscal.

6.2. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD - LEI Nº 13.709/2018)

6.2.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

6.2.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante;

6.3. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado em uma única parcela, correspondente ao valor contratado, mediante depósito bancário na conta corrente da contratada, até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada.

6.4. MODELOS E TERMOS RELATIVOS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

6.4.1. A Contratada deverá submeter-se aos procedimentos de segurança existentes no órgão, ou que possam ser criados durante a vigência do contrato. Os procedimentos deverão ser observados sempre que for necessária o acesso presencial ou remoto à infraestrutura da Contratante.

6.4.2. A empresa contratada deverá respeitar as diretrizes constantes da Política de Segurança da Informação do da Justiça Eleitoral (Resolução TSE Nº23.644, de 1º de julho de 2021), obrigando-se a manter sigilo a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, aos quais tiver acesso em decorrência do objeto da presente contratação, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes sob qualquer justificativa.

6.4.3. Informações a que a Contratada tiver acesso deverão ser utilizadas somente nos processos envolvidos para execução do objeto contratado.

6.5. QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS

Não se aplica à presente contratação.

6.6. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE O CONTRATANTE E A CONTRATADA

6.6.1. Devem constar as seguintes informações no instrumento contratual, para fins da adequada condução das rotinas de execução contratual:

a) Nome, telefone, endereços físico e eletrônico do **Preposto**;

b) Endereço eletrônico para o qual deverão ser enviadas as comunicações do TRE/ES a respeito do contrato, inclusive aquelas referentes a eventuais descumprimentos contratuais.

6.6.2. Durante toda a vigência do contrato, a Contratada obriga-se a manter atualizadas as informações previstas no item **6.6.1**.

6.6.3. A comunicação da Contratada com o setor técnico do TRE/ES dar-se-á preferencialmente através do endereço eletrônico sgir@tre-es.jus.br e adicionalmente pelos telefones (27) 2121-8596, 8672, 8673 e 8581.

6.6.4. A comunicação para a abertura e acompanhamento de chamados de manutenção e suporte deverá ser realizada pelos canais estabelecidos no item **1.2.4**;

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. FIXAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

- Deve ser respeitado os prazo de entrega previstos no subitem 6.1.1;
- Deve-se atender completamente as especificações técnicas deste Termo de Referência;

7.2. INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS MÍNIMOS DE TESTE E INSPEÇÃO

Não existem procedimentos mínimos de teste e inspeção. Devem ser seguidos somente os critérios do item 6.1.2, referente aos procedimentos para recebimento provisório e definitivo.

7.3. RETENÇÕES OU GLOSAS

Não se aplica à presente contratação.

7.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.4.1. O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3(três) anos;

7.4.2. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

Descumprimento	Percentual diário	Limite de dias	Percentual total	Base de incidência
Atraso no início da execução do contrato	0,5%	20	10%	Valor do contrato
Prazo excepcional no início execução do contrato	0,5%	20	10%	Valor do contrato
Atraso no atendimento inicial referente a chamados técnicos	0,5%	20	10%	Valor do contrato
Atraso no prazo para manutenção de hardware	1%	20	20%	Valor do contrato
Inexecução total ou parcial	-----	-----	30%	Valor do contrato
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-----	-----	1%	Valor do contrato

7.4.3. Caracterizará a inexecução contratual:

a) inexecução total do contrato: o atraso superior a 20 dias na manutenção de hardware; e

b) inexecução parcial: a interrupção na prestação do serviço de suporte técnico e manutenção de hardware.

7.4.4 Excepcionalmente, após esse prazo 7.4.3.a, e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o liberação poderá ser recebida, em uma única ocorrência (na disponibilização), no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o contratado à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento)

7.4.5. A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

7.4.6. A aplicação das multas previstas não exime o contratado de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

7.4.7. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

7.4.8. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no CEIS.

7.4.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma do estabelecido na Lei Nº 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei Nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

7.4.10. A contagem do prazo estabelecido no subitem 7.4.3 inicia-se automática mente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo contratado, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

7.4.11. A contagem do prazo estabelecido no subitem 7.4.4 inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no subitem 7.4.2, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

7.4.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida.
- II - As peculiaridades do caso concreto.
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4.13. Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

7.4.14. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.4.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

ANEXO A

Equipamentos DELL nos Datacenters Primário e Secundário do TRE-ES

Service Tag	ID do Produto	Categoria	Modelo	Data de Expiração da garantia	Data de Recebimento
DJR7703	DE800194200006	Server	VXRAIL E560F	29/01/2025	Primário
DJR8703	DE800194200007	Server	VXRAIL E560F	29/01/2025	Primário
DJR9703	DE800194200008	Server	VXRAIL E560F	29/01/2025	Primário
DJRB703	DE800194200009	Server	VXRAIL E560F	29/01/2025	Primário
DJS5703	DE800194200010	Storage	DP4400	29/01/2025	Secundário
DJZ3703	DE800194200011	Server	VXRAIL E560	29/01/2025	Primário
DJZ5703	DE800194200012	Server	VXRAIL E560	29/01/2025	Primário
GP83PK2	-	Networking	DELL NETWORKING S-SERIES-S4148T-ON OS10	04/02/2025	Primário
DP4X8Q3	-	Networking	DELL NETWORKING S-SERIES-S4148T-ON OS10	04/02/2025	Primário
3R83PK2	-	Networking	DELL NETWORKING S-SERIES-S4148T-ON OS10	04/02/2025	Secundário
1N83PK2	-	Networking	DELL NETWORKING S-SERIES-S4148T-ON OS10	04/02/2025	Secundário
66SSP33	DE800201400015	Server	VXRAIL E560F	20/07/2025	Secundário
66SVP33	DE800201400016	Server	VXRAIL E560F	20/07/2025	Secundário
66SWP33	DE800201400017	Server	VXRAIL E560F	20/07/2025	Secundário
66SXP33	DE800201400018	Server	VXRAIL E560F	20/07/2025	Secundário
66SRP33	DE800201400019	Server	VXRAIL E560	20/07/2025	Secundário
66STP33	DE800201400020	Server	VXRAIL E560	20/07/2025	Secundário

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Integrante Demandante: Rommel Baia Silva (substituto: Lucas Ribeiro Carlin)
- Integrante Técnico: Lucas Ribeiro Carlin (substituto: Rommel Baia Silva)
- Integrante Administrativo: José Adriani Brunelli Desteffani (substituto: Marcos Venturott Ferreira)



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ADRIANI BRUNELLI DESTEFFANI, Secretário(a)**, em 05/11/2024, às 16:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS RIBEIRO CARLIN, Técnico Judiciário**, em 05/11/2024, às 18:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROMMEL BAIA SILVA, Chefe de Seção**, em 06/11/2024, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1282183** e o código CRC **F93A7BD5**.